

**POLÍTICA PÚBLICA DE VALORIZAÇÃO DO PROFISSIONAL DOCENTE:  
um estudo dos Planos de Cargos e Salários na Rede Pública Municipal para a  
Educação Básica em Goiás**

Maria Cristina Dutra Mesquita- Pontifícia Universidade Católica de Goiás,  
mchristinadm@yahoo.com.br

Rodrigo Fidelis Fernandes Mohn- Pontifícia Universidade Católica de Goiás,  
mohnfideles@gmail.com

Esther Marciano Barbosa- Pontifícia Universidade Católica de Goiás,  
esthermarcianob2@gmail.com

## **Introdução**

A pesquisa decorre da necessidade de compreender como a valorização docente se efetiva nos diferentes municípios do Estado de Goiás, tendo por ponto de partida a remuneração dos professores que atuam na rede municipal da educação básica. Buscamos responder quais os fatores que condicionam o valor salarial pago aos professores da rede municipal em Goiás e se a diferença observada entre os municípios com maiores e menores salários pagos encontra respaldo na existência ou não de Plano de Cargos e Salários (PCS) e sua relação com as políticas de Estado que tratam da valorização do professor, destacando a Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, que estabeleceu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.

Trata-se de um estudo comparado, ainda que existam diferenças históricas, econômicas e sociais entre os 246 municípios do Estado de Goiás. Entendemos que nosso objeto de investigação e o problema ora levantados podem ser estudados a partir da educação comparada, vez que convergem para políticas educacionais adotadas no Brasil, em seus Estados e Municípios com vistas a universalização da educação, sobretudo a educação de qualidade. Como caminho metodológico recorremos a pesquisa empírica por meio dos PCS dos municípios observados, separando por Regiões geográficas do Estado de Goiás.

Vários fatores precisam ser considerados para a compreensão desta realidade: aspectos geográficos, como tamanho do município, aspectos econômicos: receita

própria e transferências constitucionais, existência do PCS entre outros de igual importância que possibilitarão uma análise consistente e próxima do real.

### Desenvolvimento

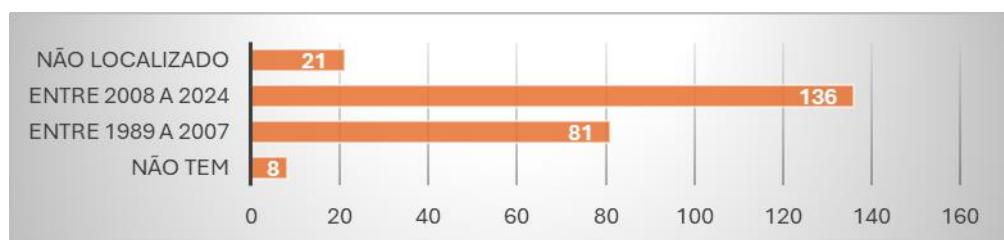
Podemos dizer que no Brasil temos alguns desafios a serem vencidos: oferecer educação de qualidade a todos, oferecer trabalho decente aos milhões de brasileiros e brasileiras entre outros direitos constitucionais. Um aspecto fundamental para a educação de qualidade é a valorização docente.

As influências históricas econômicas e sociais afetam diretamente a educação em todos os aspectos: pedagógico, administrativo e político. Cada sociedade, atravessada por seus conflitos, determina não apenas o pensamento pedagógico de uma época, como também as possibilidades de educação para as diferentes classes sociais.

Para Charlot (2013, p.66) “nas múltiplas relações entre educação e política, é sempre uma lógica de classe que se manifesta” e a lógica que estáposta na atualidade, nos países emergentes como o Brasil, é a do neoliberalismo que, por meio de suas estratégias, promove a manutenção do modo de produção capitalista e, por consequência, a sociabilização do capital. O Estado de Goiás não fica imune a esta lógica.

Dos 246 municípios do Estado de Goiás 08 não possuem PCS para os professores da Educação Básica e ainda constatamos que 21 informam possuir PCS, mas não localizamos nos sites oficiais da Prefeitura e Câmara Municipal. 215 municípios possuem PCS específicos do magistério e 2 são planos gerais para todos funcionários municipais. Destes, 81 apresentam PCS aprovados entre o período de 1989 e 2007 e 136 municípios tem PCS aprovado entre o período de agosto de 2008 e julho de 2024. Esta divisão temporal recorre da necessidade de relacionarmos os PCS após a Constituição Federal de 1988 e após a implantação da Lei do Piso em 2008.

**Gráfico 1:** Plano de Cargos e Salários por Municípios - Goiás



Fonte: Dados da pesquisa

Para as primeiras análises utilizamos as Regiões de Planejamento do Estado de Goiás, conforme definidas pelo Instituto Mauro Borges (IMB), que são organizadas em 10 regiões, estabelecidas a partir de critérios socioeconômicos e da infraestrutura rodoviária. Essas divisões são essenciais para o planejamento de políticas públicas, atração de investimentos e fomento ao desenvolvimento regional.

A Região do Entorno do Distrito Federal abrange 29 municípios. Apenas um município não teve informação localizada. Entre os 28 que possuem PCS, 96,5% têm planos elaborados, sendo que 32,1% foram feitos entre 1989 e 2007 (9 municípios) e 67,8% após 2008 (19 municípios).

A Região Metropolitana de Goiânia inclui 20 municípios. Somente um não possui PCS e dois não têm informação. Dos 17 com PCS, 85% têm planos para o magistério. Observou-se que 58,8% dos planos foram elaborados entre 1989 e 2007 (10 municípios) e 41,1% após 2008 (7 municípios).

Na Região Norte Goiano, composta por 24 municípios, a informação não pôde ser localizada em 3 deles. Dos 20 que possuem PCS, 83,3% têm planos para o magistério e 28,5% foram elaborados entre 1989 e 2007 (6 municípios), enquanto 71,4% foram feitos após 2008 (15 municípios).

A Região Nordeste Goiano, com 12 municípios, teve informação não localizada em apenas um. Dos 11 com PCS, 91,6% têm planos para o magistério. Observou-se que 27,2% foram elaborados entre 1989 e 2007 (3 municípios) e 72,7% após 2008 (8 municípios).

A Região Centro, com 30 municípios, teve um sem PCS e informação não localizada em outro. Dos 28 com PCS, 93,3% têm planos para o magistério. Constataram-se 32,1% dos planos elaborados entre 1989 e 2007 (9 municípios) e 67,8% após 2008 (19 municípios).

Na Região Oeste, composta por 41 municípios, 2 não possuem PCS e 12 têm informação não localizada. Localizou-se 27 PCS, correspondendo a 65,8%, sendo que 44,4% foram feitos entre 1989 e 2007 (12 municípios) e 55,5% após 2008 (15 municípios).

A Região Noroeste tem 15 municípios, com um sem PCS e um sem informação. Dos 13 com plano, 86,6% têm foco no magistério. Observou-se que 53,8%

dos planos foram elaborados entre 1989 e 2007 (7 municípios) e 46,1% após 2008 (6 municípios).

A Região Sudeste, com 26 municípios, teve apenas um sem PCS. Dos 25 que possuem, 96,1% têm planos para o magistério. Constatou-se que 24% dos planos foram elaborados entre 1989 e 2007 (6 municípios) e 76% após 2008 (19 municípios).

Na Região Sudoeste, com 21 municípios, apenas um não possui PCS. Entre os 20 que têm, 95,2% focam no magistério. Dos planos, 45% foram feitos entre 1989 e 2007 (9 municípios) e 55% após 2008 (11 municípios).

Por fim, a Região Sul, com 28 municípios, teve um sem PCS e informação não localizada em outro. Entre os 26 com plano, 92,8% têm foco no magistério. Identificou-se que 34,6% dos planos foram elaborados entre 1989 e 2007 (9 municípios) e 65,3% após 2008 (17 municípios).

### **Conclusões preliminares**

A pesquisa revela a complexidade da realidade educacional no Estado. A análise dos PCS a partir do critério temporal demonstra que, apesar de avanços significativos, ainda existem lacunas que comprometem a valorização efetiva dos professores. A prevalência de planos voltados para o magistério em quase todos os municípios analisados é um indicativo positivo; no entanto, a disparidade entre os PCS elaborados em diferentes períodos mostra que muitos professores podem ainda não estar recebendo a remuneração adequada em consonância com a legislação vigente, como a Lei do Piso Salarial, bem como não terem a vinculação do valor do Piso Nacional na Legislação que garante um dos elementos desta valorização.

Temos 80 municípios com PCS aprovados antes da Lei que define o piso. Ademais, resta saber se nos 126 municípios com Leis específicas de PCS pós 2008 há dispositivos legais nestas legislações, que vinculam os valores salariais dos professores com o Piso Nacional.

### **Referências**

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do **Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica**. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br>>. Acesso em: 20 de fev 2021.

CHARLOT, Bernard. **Da relação com o saber às práticas educativas**. São Paulo: Cortez, 2013.

INSTITUTO MAURO BORGES. Disponível em: <https://goias.gov.br/imb/regioes-de-planejamento/>. Acesso em: 04 out. 2024,